

TRANSCRIAÇÃO CURRICULAR, ARTESANIA E AUTORIA DOCENTE: CHAVES DE ANÁLISE DO TRABALHO DOCENTE NO ENSINO MÉDIO[1]

Katia Andrea Silva da Costa

No debate sobre políticas curriculares, referências comuns não configuram, por si só, padronização. Esta se estabelece quando se fecham em roteiros que antecipam decisões pedagógicas. No Ensino Médio, pesquisas sobre as reformas iniciadas em 2017 registram participação docente limitada na formulação das políticas e convocação dos professores, sobretudo, para executá-las (Teixeira; Moll, 2025, p. 11-17). A questão se torna crítica quando a referência pretende dispensar a interpretação docente.

Essa restrição remete à separação entre concepção e execução discutida por Giroux (1997, p. 171-176). Quando especialistas definem objetivos, materiais e métodos, enquanto professores os aplicam, a docência é reduzida a função técnica. O autor contrapõe a esse modelo o professor como intelectual, que articula reflexão e prática e participa das decisões. A formulação fundamenta politicamente a autoria, mas não explica como o currículo é reelaborado.

Para examinar esse intervalo, aproximam-se transcriação e artesania como categorias distintas: a primeira interpreta a recriação de prescrições; a segunda, os saberes nela mobilizados. Essa aproximação é uma construção analítica do estudo, não uma equivalência entre referenciais. Pergunta-se em que condições essas mediações podem favorecer autoria e resistência no trabalho docente do Ensino Médio. O objetivo é analisar suas relações com o professor como intelectual e com suas condições formativas e institucionais.

Trata-se de pesquisa bibliográfica qualitativa, na qual o problema orienta a seleção e o tratamento das fontes (Grazziotin; Klaus; Pereira, 2022, p. 12-19). O

[1] Utilizou-se o ChatGPT, com o modelo GPT-5.6 Sol e configuração de raciocínio leve, exclusivamente como apoio à revisão e ao aprimoramento linguístico e estilístico do texto. As decisões conceituais, argumentativas e bibliográficas, assim como a validação da versão final, permaneceram sob responsabilidade autoral.

corpus reúne Giroux (1997), Corazza (2015), Albino (2020), Simionato e Hobold (2021), Dourado e Siqueira (2022) e Teixeira e Moll (2025); a Anfope (2025) oferece referência político-institucional, não constituindo objeto de análise documental. A leitura exploratória e seletiva foi orientada por quatro operadores: concepção e execução; saberes docentes; interpretação das prescrições; e condições coletivas da autoria e da resistência. Como o corpus não examina práticas escolares, o estudo estabelece relações teórico-conceituais para interpretar o Ensino Médio, mas não demonstra como professores reelaboram prescrições nessa etapa.

O primeiro operador situa a autoria entre concepção e execução. Giroux (1997, p. 172-175) identifica a desqualificação da docência quando programas e métodos separam quem concebe de quem executa. O professor como intelectual contesta essa divisão porque a pedagogia envolve escolhas, valores e interesses. A autoria, tal como aqui construída, reside na responsabilidade profissional e política de interrogar conhecimentos, métodos e finalidades; não corresponde a liberdade individual sem referências públicas.

Se a autoria supõe julgamento profissional, a padronização o restringe ao transferi-lo para dispositivos externos. Simionato e Hobold (2021, p. 74-78) associam a BNC-Formação à prescrição de identidades e competências; Dourado e Siqueira (2022, p. 66-68) apontam centralização e subordinação à BNCC. No Ensino Médio, Teixeira e Moll (2025, p. 11-17) permitem relacionar essa disputa à posição atribuída aos professores: quando sua participação se concentra na implementação, estreita-se a autoridade para selecionar, contextualizar e criticar o conhecimento. Trata-se de aproximação interpretativa, não de demonstração de efeitos em escolas específicas.

A transcriação permite examinar o exercício dessa autoridade. Na didática da tradução, verter não é transportar sentidos intactos, mas recriar matérias na língua didática (Corazza, 2015, p. 108-109). Ao articular seleção, interpretação e composição e reexperimentar acervos marginalizados, produz relação autoral com

o currículo (Corazza, 2015, p. 118). A categoria situa a autoria no trabalho que transforma a prescrição em matéria de elaboração, mas não equivale à autoria nem assegura resistência.

A transcriação não esgota os saberes da recriação. A artesania abrange conhecimentos construídos no trabalho e retomados pela reflexão sobre a experiência (Simionato; Hobold, 2021, p. 78). Ao articular conhecimento, experiência e realidade social, requer formação cultural ampliada (Simionato; Hobold, 2021, p. 84-85). Assim, transcriação nomeia a reelaboração curricular; artesania, os saberes mobilizados; e autoria, a posição profissional e política que pode constituir-se nesse processo.

A autoria tampouco se confunde com autonomia. Segundo Albino (2020, p. 1398-1399), autonomia curricular é capacidade responsável de escolha, constituída em relações profissionais e políticas; seus achados, produzidos em outro contexto educacional, são aqui mobilizados apenas conceitualmente. A autonomia pode criar condições para decisões autorais, mas não as garante. Por sua vez, a resistência desloca-se do gesto isolado para condições coletivas. Dourado e Siqueira (2022, p. 68, 73-74) vinculam a resistência propositiva à formação como direito, à autonomia institucional e a projetos democráticos; a Anfope associa a elaboração curricular a tempo, formação, autonomia e condições de trabalho (ANFOPE, 2025, p. 25-26, 35).

Compõe-se, assim, um circuito analítico, não uma sequência causal: a prescrição delimita; a transcriação reabre o currículo à interpretação; a artesania mobiliza saberes; a autonomia oferece condições relacionais de escolha; e a autoria pode conferir dimensão profissional e política à reelaboração. No Ensino Médio, o circuito interroga a participação na construção das políticas, as decisões abertas aos professores e suas condições de justificação coletiva. Sem reconhecimento institucional e participação efetiva, transcriação e artesania podem apenas viabilizar decisões externas.

A análise indica que o professor como intelectual fundamenta politicamente a autoria, enquanto transcriação e artesania iluminam dimensões distintas de sua realização. A aproximação oferece chaves teórico-conceituais para interpretar tensões do trabalho docente no Ensino Médio, sem presumir que toda adaptação seja autoral ou resistente. Conclui-se que a resistência se torna possível quando a reelaboração ultrapassa o ajuste privado e alcança decisões coletivas, sustentadas por formação teórica, trabalho colaborativo, tempo, valorização e participação institucional. Na ausência dessas condições, a criatividade pode ser convertida em responsabilização individual. Por seu caráter bibliográfico, o estudo oferece possibilidades interpretativas, não resultados empíricos sobre professores ou escolas de Ensino Médio.

Palavras-chave: transcriação curricular; artesania docente; autoria docente; trabalho docente; Ensino Médio.

REFERÊNCIAS

ALBINO, Ângela Cristina Alves. Autonomia curricular em enunciação política: significações docentes. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 1381-1402, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.23925/1809-3876.2020v18i3p1381-1402.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL PELA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (ANFOPE). **Documento final do XXII Encontro Nacional da Anfope**. Brasília, DF: ANFOPE, 2025.

CORAZZA, Sandra Mara. Didática da tradução, transcriação do currículo (uma escrileitura da diferença). **Pro-Posições**, Campinas, v. 26, n. 1, p. 105-122, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0103-7307201507609.

DOURADO, Luiz Fernandes; SIQUEIRA, Romilson Martins. Diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores: retrocessos e resistência propositiva. **Textura**, Canoas, v. 24, n. 59, p. 55-77, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.29327/227811.24.59-3.



GIROUX, Henry A. **Los profesores como intelectuales: hacia una pedagogía crítica del aprendizaje**. Tradução de Isidro Arias. 1. reimpr. Barcelona: Paidós; Madrid: Ministerio de Educación y Ciencia, 1997.

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos; KLAUS, Viviane; PEREIRA, Ana Paula Marques. Pesquisa documental histórica e pesquisa bibliográfica: focos de estudo e percursos metodológicos. **Pro-Posições**, Campinas, v. 33, e20200141, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1980-6248-2020-0141.

SIMIONATO, Margareth Fadanelli; HOBOLD, Márcia de Souza. Diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial de professores: padronizar para controlar? **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 46, p. 72-88, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i46.8917.

TEIXEIRA, Iula Santanna; MOLL, Jaqueline. O lugar do(a) professor(a) nas políticas para o Ensino Médio: o que dizem as pesquisas. **Revista Exitus**, Santarém, v. 15, n. 1, p. 1-20, e025036, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.24065/re.v15i1.2825
.